



VOTO DE PROTESTO

***Contra as Conclusões do Relatório da Comissão
Parlamentar de Inquérito à Marina do Lugar de Baixo***

A Marina do Lugar de Baixo é uma inesquecível obra do Governo Regional, concretizada através da Sociedade de Desenvolvimento da Ponta Oeste e das edilidades da Ribeira Brava, Ponta do Sol e Calheta. Até ao momento, contam-se elevados montantes gastos nesta infraestrutura (oficialmente aponta para valores na ordem dos 51,2 milhões de euros, sem que ainda estejam contabilizadas as respetivas indemnizações compensatórias).

Não tendo sido atingido o objetivo desta obra, que motivou a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito à Marina do Lugar de Baixo, pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, a qual foi requerida por 1/5 dos deputados em efetividade de funções e foi constituída a 28 de julho de 2015, com a finalidade de «*apurar o que sucedeu àquela obra e as razões que levaram a essa situação*», entenda-se investimento que não logrou os objetivos para o qual tinha sido projetado.

A 14 de março de 2017 é divulgado o relatório final da Comissão de Inquérito à Marina do Lugar de Baixo. Este documento envergonha os fundamentos e objetivos subjacentes à constituição e funcionamento de qualquer comissão de inquérito, traduz a perspetiva unilateral do PSD-M, subverte o entendimento e as conclusões das outras forças partidárias presentes nesta comissão, resultando assim num relatório final enviesado, longe da realidade e sem conclusões. As declarações de voto dos partidos são a prova dessa dissonância, relativamente ao relatório final. Aliás todos os partidos, com exceção do PSD, são da opinião de que os trabalhos da Comissão se encontram muito longe de estarem concluídos.

A obstaculização recorrente ao acesso a documentação relevante, a não audição de personalidades importantes para o cabal esclarecimento da população, relativamente a uma obra incómoda para o PSD-M, são bem demonstrativas da degradação daquela que devia ser a casa da democracia, ou seja o parlamento regional.

Ao longo dos anos, desde as primeiras tempestades de 2015 até ao aproveitamento da tragédia do 20 de fevereiro de 2010, foram reiteradamente inscritas verbas, inclusive da Lei de Meios, para financiar uma obra já “ferida de morte”. As opções políticas podem não ter ficado plasmadas no relatório final, mas certamente estão gravadas de forma indelével na mente de todos os madeirenses, particularmente daqueles que sofreram na pele as consequências das opções de quem governa esta Região.

Pelo exposto, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, no uso das suas atribuições e competências, aprova este Voto de Protesto relativamente às [in]conclusões do relatório final da Comissão de Inquérito à Marina do Lugar de Baixo.